



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Processo nº: **0007443-26.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Exequente: **Rodrigo José do Nascimento (Ausente)- Acompanhado(a) pelo(a) Advogado(a) Dr(a). Diego Rodrigo Saturnino**
 Executado: **Primo Rossi Administradora de Consórcios Ltda. - Representado pelo preposto Sr Dirceu Francisco Moratelli com sua Advogada Dra. Aline Correa da Silva.**

Aos 17 de agosto de 2018, às 15:50h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) **Conciliador(a) O Juízo**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados.

Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos. O(a) requerido(a) pagará ao requerente, por conta de todo o débito, o valor de **R\$ 9.000,00**, em **duas parcelas** vencendo-se **a primeira em até 10 dias corridos e a segunda em 30 dias**. O pagamento será efetuado diretamente na conta corrente do representante do autor, **Banco do Brasil S/A - Agência nº 6845-4, C/C nº 12.0779-2 (CPF nº 323.083.418-66 – tel: (16) 9-96414985)**, e o comprovante de depósito servirá como recibo. O não pagamento da parcela supra implicará em multa de 10% sobre o saldo supra mencionado. A parte autora solicita a desistência com relação à ré AGRABEN. *As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz.* Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: "**Vistos. HOMOLOGO** a desistência requerida com relação à Agraben Administradora de Consórcios Ltda e **JULGO EXTINTO** o feito nos termos do art. 485, inc. VIII, do Código de Processo Civil com relação ao mesmo. Oportunamente, anote-se o necessário e providencie-se a baixa definitiva e o arquivamento dos autos digitais. *Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III "b" do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias corridos do prazo previsto para o pagamento da última parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.* Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

MM Juiz:

Requerente(s):

Adv. Requerente(s):

Requerido(s):(Preposto):

Adv. Requeridos(s):

Conciliador:

DOCUMENTO TAMBÉM ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA